

Francisca Mônica Rodrigues de Lima

Universidade Nove de Julho (UNINOVE)

franciscamoni@yahoo.com.br

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: LUSOFONIA NA COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E PORTUGAL

RESUMO

Este texto propõe reflexões sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a lusofonia para difusão e manutenção da língua portuguesa. Contextualizamos a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) que tem parceria com países da CPLP e acordo de cooperação com a Universidade de Coimbra (UC) na proposta de internacionalização da educação superior. Discutimos a importância da linguagem na descolonização de mentes e corpos com base nas reflexões de Mikhail Bakhtin, Paulo Freire, Aníbal Quijano e Walter Mignolo. Observamos que as práticas linguísticas colaboram com a (re)construção do simbólico para manutenção da ideologia dominante. O trabalho traz elementos para o debate sobre a identidade linguística e o diálogo como forma de resistência.

Palavras-chave: CPLP. Lusofonia. UNILAB.

INTERNATIONALIZATION OF HIGHER EDUCATION: LUSOPHONY IN COOPERATION BETWEEN BRAZIL AND PORTUGAL

ABSTRACT

This text proposes reflections on the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP) and lusophony for the diffusion and maintenance of the Portuguese language. We contextualize the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB), which has partnerships with countries of the CPLP and a cooperation agreement with the University of Coimbra (UC) in the proposal for the internationalization of higher education. We discuss the importance of language in the decolonization of minds and bodies based on the reflections of Mikhail Bakhtin, Paulo Freire, Aníbal Quijano and Walter Mignolo. We observe that the linguistic practices collaborate with the (re) construction of the symbolic to maintain the dominant ideology. The work brings elements to the debate on linguistic identity and dialogue as a form of resistance.

Keywords: CPLP. Lusophony. UNILAB.

Submetido em: 30/05/2017

Aceito em: 12/08/2017

DOI: 10.28998/2175-6600.2017v9n19p68

1 EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO IDEOLÓGICO DA PALAVRA

A palavra é neutra à ideologia porque pode servir a signos tanto de ideologia dominante quanto de ideologia subversiva. Nesse contexto, é o elo entre locutor e interlocutor sendo um meio de interação entre ambos. Entretanto, por ser uma construção social, ela não é propriedade de nenhum deles e sua realização “[...] na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais.” (BAKHTIN, 1992, p. 113)

Deste modo, a estrutura da enunciação é determinada por pressões sociais considerando que a imagem que o locutor tem de seu interlocutor é que moldará a estrutura da enunciação “[...] pelos participantes do ato de fala, explícitos ou implícitos, em ligação com uma situação bem precisa, a situação dá forma à enunciação.” (BAKHTIN, 1992, p. 113)

A realidade linguística é evidenciada como um mundo de vozes sociais em múltiplas relações dialógicas. Nesta situação, o sujeito, mergulhado nas múltiplas relações da interação socioideológica, se constitui discursivamente assimilando as vozes sociais. Entretanto, como a realidade linguística é heterogênea, o sujeito não assimila somente uma voz social, mas várias.

A abordagem histórica e viva da língua, bem como o tratamento sociológico das enunciações, resulta da interação verbal e de seu caráter dialógico. Logo, a língua é encarada como um fenômeno social, histórico e ideológico durando e perdurando sob a forma de um processo evolutivo contínuo. Desta forma, ela não se transmite, pois os indivíduos não a recebem *pronta* para ser *usada*: eles penetram na corrente da comunicação verbal onde a consciência é despertada e começa a operar.

Os fatores históricos, emergentes e determinantes nos contextos das relações sociais, contribuem com as reflexões sobre a colonização de Portugal e a instauração da língua portuguesa no Brasil a partir do lugar da educação. Desta forma, os domínios, especialmente o da Igreja, descortinam as estratégias para manutenção do poder ideológico e doutrinário sobre a sociedade. Avançando nesta discussão, a religião está imbricada ao desenvolvimento da Ciência e da Arte na formação dos sistemas de ensino que, mais tarde, atuariam (e atuam) como aparelho ideológico do Estado.

A “cultura” que se ensina nas escolas não passa efetivamente de uma cultura em segundo grau, uma cultura que “cultiva” visando um número, quer restrito, quer mais largo, de indivíduos desta sociedade, e incidindo sobre objetos privilegiados (letras, artes, lógica, filosofia, etc.), a arte de se ligar a estes objetos: como meio prático de inculcar a estes indivíduos normas definidas de conduta prática perante às instituições, “valores” e acontecimentos desta sociedade. (ALTHUSSER, 1979, p. 44)

Deste modo, a ação do clero incide sobre a formação das elites acadêmicas com o desenvolvimento do ensino da Língua e das Humanidades nos mosteiros e conventos contribuindo com a formação das universidades medievais. Nesta perspectiva, estudos de Santos e Filho (2008) descrevem as primeiras universidades, escolásticas, fundadas na Itália e na França, no século XI, no período da História Medieval. Deste modo, incorporavam o papel da Igreja Católica Romana e serviam como espaço para uma sociedade feudal em transição para o Renascimento com a missão de educar a elite *pensante* da época.

Os estudiosos mencionados acima ainda descrevem que, na era moderna, a universidade medieval esteve voltada à construção de uma estrutura curricular composta por duas Faculdades: Direito e Teologia. No século XV, as escolas médicas foram incorporadas como Faculdade de Medicina. O racionalismo iluminista determinou a agregação de centros de formação científica, Faculdades de Filosofia, chamados de faculdades inferiores. A Europa pós-Renascimento, em meio ao início do capitalismo, acenou para um paradigma universitário pós-escolástico, a *universidade da arte-cultura*, devido à diversidade artística e cultural da África e da Ásia trazida para a Europa depois das Grandes Descobertas.

No contexto da colonização no Brasil, Cunha (2003) faz considerações à educação como um instrumento de instauração do poder de Portugal no Brasil: contou com os jesuítas na criação de colégios voltados a alunos internos e externos, onde somente filhos de funcionários públicos, artesãos, criadores de gado, senhores de engenho e mineradores, tinham acesso ao ensino secundário e às primeiras letras.

Em 1553¹, os jesuítas fundam o primeiro estabelecimento de educação superior no Brasil, localizado na Bahia, com os ensinamentos de Artes, chamado também de Ciências

¹“A Primeira Instituição de Ensino Superior do Brasil (1553-1759), o *Collegio do Salvador da Bahia*, foi fundado pelo padre Manoel da Nóbrega, em 1553. Nele estudaram Antonio Vieira, Frei Vicente do Salvador, Gregório de Matos e outros. Suas instalações incluíam a atual Catedral Basílica, a área da atual Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus, e o Pátio dos Estudos Gerais, na atual Praça da Sé. As dependências internas tinham celas, cozinha, refeitório, oficinas, pomar, biblioteca e enfermaria, que atendiam também ao público externo. Os estudos eram públicos e gratuitos e tinham caráter humanístico, que atendiam aos interesses da Igreja e aos colonizadores portugueses. No final do século 17, dispunha de uma notável biblioteca, com cerca de 3000 livros, numa época em que a imprensa era proibida no Brasil. O Colégio dos Jesuítas oferecia um curso elementar. Ensinava a ler, escrever, a contar e conceitos básicos da religião Católica. O curso secundário enfocava o ensino de Letras e Filosofia. Na classe de Letras estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica. Na classe de Filosofia estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais. O curso de Teologia e Ciências Sagradas era ministrado para a formação de sacerdotes. Foi o primeiro curso de nível superior do Brasil. Em 1573 o Colégio graduou também os primeiros bacharéis em Artes do Brasil. Em 1578, concedeu os primeiros graus de mestre em Artes. No século 17, os jesuítas já consideravam sua instituição como uma universidade, embora sem aprovação oficial de Portugal. Existiam, por exemplo, as faculdades de Artes, Teologia e Matemática. Meritoriamente, foi a Primeira Universidade do Brasil. Em 1759, os jesuítas foram expulsos da América Lusitana. As instalações do Colégio foram ocupadas posteriormente pelo Hospital Real Militar da Bahia (1799) e a igreja transformou-se na Catedral Basílica (1765).” Disponível em: <http://www.bahia-turismo.com/salvador/centro-historico/colégio-jesuítas.htm> Acesso em: 17 janeiro 2017.

Naturais ou Filosofia, e Teologia. Portugal concedia bolsas para um pequeno número de filhos de colonos estudarem em Coimbra. No entanto, o período do Iluminismo, século XVIII, contribuiu com a proibição de universidades no Brasil, pois Portugal não permitia que colaborassem com a criação de movimentos independentistas.

Portugal detinha com mão-de-ferro o monopólio da formação superior, tornando absolutamente interdito ministrar “ensino superior” nas colônias. Por isso, os colonizadores portugueses jamais permitiram o estabelecimento de instituições de educação universitária no Brasil – sua maior e mais bem guardada colônia – até o começo de século XIX. (SANTOS; FILHO, 2008, p. 128)

No início do século XIX, o Brasil recebe o *status* de Reino Unido a Portugal e Algarve e, com isso, são criadas as instituições de ensino superior. A transferência da sede do poder metropolitano, em 1808, contribuiu com a modificação destas instituições além de coincidir com o surgimento do estado nacional e “depois de ter sido clerical, até a transferência para o Rio de Janeiro da sede do reino português, em 1808, o ensino superior tornou-se todo estatal até a proclamação da República, em 1889.” (CUNHA, 2003, p. 06)

A educação superior obedece às dependências econômica e cultural que Portugal tem em relação à França e Inglaterra, sobressaindo o modelo napoleônico, pautado no pensamento educacional da burguesia francesa quando “no século XIX, generalizou-se no continente o padrão francês de universidade napoleônica, voltada para a formação de quadros profissionais, organizadas num complexo de unidades autárquicas.” (SANTOS; FILHO, 2008, p. 127-128)

2 DOMÍNIOS EUROPEUS: COLONIZAÇÃO E COLONIALIDADE

Walter Mignolo (2010) propõe reflexões sobre como a colonialidade do poder tem se infiltrado na construção da modernidade sob a égide europeia. Desta forma, emerge a criação das diferenças como justificativa para a inferiorização, colonização e subalternização de povos e culturas, no caso dos índios, negros, judeus, otomanos, além da colonização de suas subjetividades epistemológicas:

[...] o fato é que a economia capitalista mudou de rumo e acelerou seu processo com a emergência do circuito comercial do Atlântico, a transformação da concepção aristotélica da escravidão exigida tanto pelas novas condições históricas quanto pelo tipo humano (por ex.: negro, africano) que se identificou a partir desse momento com a escravidão e estabeleceu novas relações entre raça e trabalho. (MIGNOLO, 2010, p. 34)

Nessa perspectiva, como lógica da colonialidade, expande suas ideias na proposição de uma monocultura de pensamento que atinge tanto os “povos colonizados” quanto os “povos colonizadores” com mentalidades voltadas ao “pensar único”, ou seja, como desafio

descolonial, “não se trata apenas de descolonizar o colonizado, mas também (e talvez fundamentalmente) o colonizador, que é quem tem as rédeas do controle da economia e da autoridade.” (MIGNOLO, 2010, p. 22-23)

Com isso, Portugal e Espanha, na reprodução de seus discursos sobre os povos colonizados, foram infiltrando uma racionalidade na condução de suas ideologias para a garantia de sua hegemonia: o eurocentrismo surgido na Europa Central, no século XVII, a serviço do poder capitalista com foco na constituição da América tornando-se uma racionalidade específica globalmente hegemônica. Assim, a confrontação da experiência histórica com o eurocentrismo do conhecimento resulta no dualismo com o europeu/não-europeu, primitivo/civilizado, tradicional/moderno.

Não se trata, em conseqüência, de uma categoria que implica toda a história cognoscitiva em toda a Europa, nem na Europa Ocidental em particular. Em outras palavras, não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo. (QUIJANO, 2005, p. 126)

A modernidade europeia, enquanto modo de vida social contemplando uma alternativa de ser/estar/habitar o mundo, ocupa lugar de modelo a ser seguido a partir das rotulações estigmatizadas/hierarquizadas de estar no mundo numa visão europeia, por relações de força, que vão narrar o mundo desconsiderando outras histórias e as subjetividades dos povos. Nesta “lógica”, se manifesta a matriz colonial sendo “uma autolegitimação que indicará quais os caminhos para salvar a humanidade.” (MIGNOLO, 2010, p. 45)

Os estudos de Aníbal Quijano (2005, p. 125) vão discorrer sobre a colonialidade, a partir da origem da globalização na formação da América e no capitalismo colonial moderno como padrão de poder, numa perspectiva que integra elementos históricos, econômicos, políticos e ideológicos estruturando as relações de poder na atualidade.

A dominação da Europa alcançou as diversas e heterogêneas histórias culturais como forma de comando do trabalho em torno do capital para estabelecer o capitalismo mundial pautado na exploração e dominação. Nessa perspectiva, a modernidade configura-se como um espaço de conflitos de interesses sociais considerando sua contínua democratização na relação de *igualdade* sendo que

A modernidade é, assim, também uma questão de conflito de interesses sociais. Um deles é a contínua democratização da existência social das pessoas. Nesse sentido, todo conceito de modernidade é necessariamente ambíguo e contraditório. (QUIJANO, 2005, p. 125)

Nesse sentido, a modernidade e as Grandes Descobertas contribuíram com os processos de globalização que colocariam não somente o mercado econômico, mas os modos de compreensão e subjetivação em processos de homogeneização. De acordo com Severo (2016, p. 1322), a comunicação sofre tais impactos a partir dos blocos políticos e econômicos, constituídos no contexto colonial, com a anglofonia, a francofonia, a hispanofonia e a lusofonia.

Tais blocos podem ser tomados como formas de expressão da globalização e sinalizam para diferentes percursos coloniais que compartilharam modos de apropriação, submissão e controle de povos, terras e culturas geopoliticamente localizados nos continentes americano, africano e asiático. (SEVERO, 2016, p. 1322)

Para tanto, os interesses da classe dominante no uso da língua demonstram que “o signo é, por natureza, vivo e móvel, plurivalente; a classe dominante tem interesse em torná-lo monovalente” (BAKHTIN, 1992, p. 15). Estendendo tais reflexões à lusofonia, “enquanto signo político colonial construiu representações centradas em Portugal e suas instituições” (SEVERO, 2016, p. 1322) a partir da língua portuguesa como signo colonial sustentando as relações de poder desde a chegada dos portugueses ao Brasil. Além disso, é importante destacar todas as produções escritas e artísticas feitas pelos europeus a partir de olhares e impressões sobre o Brasil com a língua portuguesa servindo ao processo colonizador.

Assim, a lusofonia no contexto colonial operou pela reprodução de instituições portuguesas – ensino e religião – que validaram o que conta como língua a partir de chaves epistêmicas eurocêntricas (Auroux, 2009). Além disso, as línguas europeias eram consideradas ontologicamente superiores, pois eram derivadas do latim. Nesse caso, observa-se o papel da língua justificando relações racistas. (SEVERO, 2016, p. 1324)

Nessa perspectiva, a palavra enunciada constitui-se como produto ideológico resultante de um processo de interação social. Assim, torna-se signo ideológico ao acumular o diálogo vivo dos interlocutores acompanhando as mudanças na sociedade e pressionando uma reconstrução nas estruturas sociais existentes o que constitui e reconstitui os sujeitos neste processo vivo.

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não seja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. (BAKHTIN, 1992, p. 36)

Logo, o signo não existe apenas como parte de uma realidade. Ele reflete e refrata uma outra distorcendo, sendo-lhe fiel ou apreendendo de um ponto de vista específico estando, além disso, sujeito aos critérios de avaliação ideológica. Nesse caso, a linguagem

não pertence à superestrutura e tampouco à infraestrutura, mas a ambas, pois os signos se constituem como campo de conflitos de classe e de meios tanto de assegurar a ideologia dominante como de fazer erigir as transformações nas condições de produção econômica.

Assim, em relação à ideologia, a consciência não pode ser concebida como neutra, pois seus movimentos são limitados pelos signos que o sujeito utiliza na dinâmica da linguagem, ou seja, ao modo como é possível significar o mundo. Neste processo, ocorre a tomada de consciência de si e de classe por meio da manipulação dos signos por parte de uma ideologia dominante.

3 A LÍNGUA PORTUGUESA COMO GEOESTRATÉGIA DE DOMINAÇÃO

A CPLP, criada em 17 de julho de 1996, tem a língua portuguesa como idioma oficial e dominante de Portugal com os países de colonização portuguesa: Brasil, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, além de variedades faladas em Goa, Damão e Diu (Índia), Macau (China), Timor na Oceania e os membros da diáspora (lusófonos e seus descendentes). Desta forma, destaca-se uma língua de mestiçagem cultural que, desde sua origem no contexto da colonização portuguesa, é cenário de histórias atravessadas com suas culturas e povos, pois

Tendo sido a primeira das línguas em uma outra internacionalização, a das Grandes Navegações dos séculos XV a XVII e a do processo colonial a partir de então estabelecido, o português é hoje língua oficial em 10 países, oito deles membros da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP), mais a Guiné Equatorial, que a oficializou em 2011 ao lado do espanhol e do francês¹, e da China, ou mais exatamente da RAEM, Região Administrativa Especial de Macau, onde é cooficial ao mandarim até o ano de 2049. (OLIVEIRA, 2013, p. 03)

As bases geográficas, que contam entre 7 e 9 milhões de falantes da língua portuguesa oriundos das diásporas, especialmente, nos Estados Unidos e Canadá, em diferentes países europeus, no Japão, na África do sul, no Paraguai e na Venezuela, contribuem com a manutenção do idioma por meio do ensino da *língua de herança* no exterior além do intercâmbio comercial e cultural com estes países. Nesse sentido, “o português acompanha o intenso processo de emigração que faz com que hoje mais de 190 milhões de pessoas vivam fora dos seus países de origem.” (OLIVEIRA, 2013, p. 05)

Conforme o estudioso, na CPLP, a língua portuguesa se relaciona com cerca de 339 línguas diversas constituintes das culturas dos respectivos países no que diz respeito ao número de falantes e graus de vitalidade. Desta forma, é foco de programas desenvolvidos pelos governos de acordo com registro no *Colóquio Internacional de Maputo sobre a*

Diversidade Linguística nos Países da CPLP, promovido pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa na capital Moçambicana, em setembro de 2011:

A CPLP inicia, por este canal, um diálogo com as políticas contemporâneas do multilinguismo, e os Estados Membros desenvolvem crescente atenção a estas línguas, vetor de integração dos cidadãos às sociedades nacionais que, no século XXI, vão se configurando de modo cada vez mais plural, tanto cultural como linguisticamente. Desse modo, nossas sociedades lusófonas vão aprendendo, com algum atraso, a lidar e a ver como oportunidade o fato de termos, na CPLP, 5% do número total de línguas do mundo. (OLIVEIRA, 2013, p. 05)

Oliveira destaca que, no campo das organizações, a língua portuguesa expande e conta com estatutos de oficialidade ou estatuto especial em 26 destas com destaque para cinco dos dezessete blocos econômicos internacionais: União Europeia, Mercosul, SADC², CEDEAO³, CEEAC⁴ e, no campo das organizações diplomáticas, está presente em

²Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) foi criada em 1992 para incentivar as relações comerciais entre seus 14 países membros: África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Malavi, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/mercosul/blocos/SADC.htm> Acesso em: 13 nov 2016.

³Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDAO) fundada em 28 de maio de 1975 com o objetivo de estabelecer uma zona de livre comércio na África Ocidental. Os países membros que a integram são: Benin, Burkina Faso, Costa de Marfim, Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Niger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Disponível em: <http://pt.reingex.com/CEDEAO-Comunidade-Economica-dos-Estados-da-Africa-Ocidental.asp> Acesso em: 13 nov 2016.

⁴Fundada em dezembro de 1981, a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) dispõe sobre a taxação sobre as importações procedentes de países terceiros e inclui onze países: Angola, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Chade. Disponível em: <http://pt.reingex.com/CEEAC-Comunidade-Economica-dos-Estados-da-Africa-Central.asp> Acesso em: 13 nov 2016.

entidades como a CPLP, a União Africana⁵, a UNASUL⁶, a OEA⁷, a OEI⁸, a União Postal Internacional⁹, entre outras.

[...] brevemente, de acordo com os desdobramentos de negociações, na ASEAN, bloco que Timor Leste passará a integrar a partir de 2017, ampliando, lá também, as possibilidades de uso diplomático e societário do português. (OLIVEIRA, 2013, p. 04)

Os blocos econômicos se caracterizam mais como lugares para a presença e promoção da língua portuguesa, os Blocos Econômicos Regionais, do que as organizações diplomáticas onde o uso do idioma é restrito somente à documentação da própria organização.

Oliveira (2013, p. 04) destaca que as organizações diplomáticas e os blocos econômicos podem se configurar como uma geoestratégia econômica e política na formação da CPLP com a *união* de Portugal aos países colonizados por meio da língua

⁵A União Africana (UA) foi criada em 2002, em substituição à antiga Organização da Unidade Africana. A União Africana é ator de grande importância para a política externa brasileira, pois é foro incontornável para articular e impulsionar iniciativas em várias áreas – da política à economia, da agricultura ao desenvolvimento social. A abertura da Embaixada do Brasil em Adis Abeba, sede da União Africana, em 2005, refletiu o interesse brasileiro em acompanhar as atividades da organização. O Brasil tem sido convidado, desde então, a participar dos principais eventos da UA, na condição de observador. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3681-uniao-africana> Acesso em: 13 nov 2016.

⁶ Criada em Brasília, no ano de 2008, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) em seu artigo 4º, parágrafo único, estabelece que "a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações". Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-americanas> Acesso em: 13 nov 2016.

⁷A Organização dos Estados Americanos (OEA) é sucessora das Conferências Pan-americanas e da União Pan-americana (1910), a Organização dos Estados Americanos (OEA) é a mais antiga organização regional em atividade. A estrutura da Organização, as atribuições de seus órgãos, seus princípios e objetivos comuns estão estabelecidos na Carta da OEA, aprovada na IX Conferência Internacional Pan-Americana, realizada em Bogotá, em 1948. A OEA tem hoje 35 Estados membros, além de atualmente 69 países e a União Europeia em caráter de observadores permanentes. O Brasil foi um dos 21 fundadores da OEA, assinando a Carta de 1948. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/14394-a-organizacao-dos-estados-americanos> Acesso em: 13 nov 2016.

⁸ A Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI) nasceu em 1949 sob a denominação de Escritório de Educação Ibero-americana e com o caráter de agência internacional como consequência do I Congresso Ibero-americano de Educação celebrado em Madri. A Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) é um organismo internacional de caráter governamental para a cooperação entre os países ibero-americanos no campo da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura no contexto do desenvolvimento integral, da democracia e da integração regional. Os Estados-Membros de pleno direito e observadores são todos os países ibero-americanos que conformam a comunidade de nações integrada por Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela. A sede central da sua Secretaria-Geral está em Madri, Espanha. Disponível em: <http://oei.org.br/oei> Acesso em: 13 nov 2016.

⁹ A União Postal Universal (UPU) Fundada em 1874, a União Postal Universal (UPU), com sede em Berna, Suíça, é a segunda mais antiga organização internacional em todo o mundo. Com os seus 192 países membros, a UPU é o principal fórum de cooperação entre os atores do setor postal. Ela ajuda a garantir uma rede verdadeiramente universal de produtos e serviços postais de qualidade. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/articulacao-de-politicas-da-area-das-comunicacoes/280-temas/atuacao-internacional-no-setor-postal/uniao-postal-universal-upu/24753-uniao-postal-universal-upu> Acesso em: 13 nov 2016.

portuguesa com suas especificidades regionais, mas com a influência de um idioma eurocêntrico que reconfigura e domina a história e a cultura de cada país.

4 UNILAB: A LUSOFONIA NA UNIVERSIDADE

A UNILAB, 14^o¹⁰ universidade pública construída no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), foi proposta pelo Projeto de Lei 3891/08, do Poder Executivo, aprovado em 13 de março de 2009 pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, com a sua criação por meio da Lei nº 12.289¹¹, de 20 de julho de 2010, sancionada pelo presidente, e instalada em 25 de maio¹² de 2011. A comissão de implantação foi empossada pelo Ministro da Educação Fernando Haddad, em 2008, e presidida pelo professor Paulo Speller atuando como reitor *pro tempore* desta universidade, conforme Portaria do MEC nº 936, de 21/07/2010, no período de 2010 a 2013¹³.

Com localização nos estados da Bahia, município de São Francisco do Conde, e do Ceará, municípios de Redenção e Acarape, inaugura um projeto de integração internacional e cooperação solidária por meio da parceria com países membros da CPLP¹⁴ Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Brasil, Portugal e Timor-Leste, visando à oferta de cursos de nível superior¹⁵ para estas nações em uma cooperação denominada Sul-Sul.

Desde 2010, a UNILAB possui convênio com universidades e institutos portugueses contabilizando validade de cinco anos com cada um: Instituto Politécnico de Coimbra (2013), Instituto Universitário de Lisboa (2012), Universidade de Aveiro (2012),

¹⁰ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34739> Acesso em: 02 fevereiro 2016.

¹¹ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34739> Acesso em: 02 fevereiro 2016.

¹² "Na data em que se celebra o "Dia da África", 25 de maio, a primeira cidade brasileira a promover a abolição dos escravos deu início, simbolicamente, às aulas de cinco cursos oferecidos a alunos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Timor Leste, onde dos 180 alunos que participaram da aula, 39 eram estrangeiros" (RIBEIRO, 2012, p. 54).

¹³ Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/galeria-de-reitores-e-reitoras/> Acesso em: 02 fevereiro 2016.

¹⁴ 1. Para além dos membros fundadores, República de Angola, República Federativa do Brasil, República de Cabo Verde, República da Guiné-Bissau, República de Moçambique, República Portuguesa, República Democrática de São Tomé e Príncipe, e da República Democrática de Timor-Leste, qualquer Estado, desde que use o Português como língua oficial, poderá tornar-se membro da CPLP, mediante a adesão sem reservas aos presentes Estatutos. 2. A admissão na CPLP de um novo Estado é feita por decisão unânime da Conferência de Chefes de Estado e de Governo e tem efeito imediato. 3. O pedido formal de adesão deverá ser feito em língua portuguesa e depositado no Secretariado Executivo da CPLP. Disponível em: http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/IX_CCEG/Estatutos-CPLP.pdf Acesso em: 02 fevereiro 2016.

¹⁵ § 2º Os cursos da Unilab serão ministrados preferencialmente em áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países membros da CPLP, especialmente dos países africanos, com ênfase em temas envolvendo formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão, saúde pública e demais áreas consideradas estratégicas. (Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010).

Universidade de Coimbra (2010), Universidade de Évora (2012) e Universidade de Lisboa (2012).

Em 2014, a Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) e a UNILAB realizaram a I Reunião Técnica Internacional da RIPES em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e a CPLP além do apoio da Coordenação Geral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa do Departamento da África do Ministério das Relações Exteriores (CGCPLP-DEAF/MRE).

O objetivo do evento era elaborar estratégias de cooperação acadêmica com reitores e representantes de universidades e instituições de educação superior dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e do Timor Leste¹⁶: Universidade Agostinho Neto e Universidade de Kimpa Vita (Angola); Instituto Universitário de Educação (Cabo Verde), Universidade Eduardo Mondlane, Universidade Pedagógica e UniZambezi (Moçambique); Instituto Superior Politécnico (São Tomé e Príncipe) e Universidade Nacional Timor Lorosa'e (Timor Leste):

Dessa forma ficam assegurados os deveres e funções da UNILAB como universidade internacional, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão entre o Brasil e os países que compõem a CPLP, possuindo o objetivo de fornecer profissionais qualificados para o Maciço de Baturité, para o Estado do Ceará, para o Brasil e para os países que compõem essa integração educacional. (RIBEIRO, 2012, p. 54)

A partir do contexto de criação da UNILAB, é importante ressaltar o fortalecimento econômico do Brasil, Angola e Moçambique resultando no interesse pela lusofonia traduzido no compartilhamento dos recursos simbólicos e culturais da língua portuguesa além dos benefícios econômicos e políticos, pois “o imaginário lusófono tornou-se, definitivamente, o da *pluralidade* e da *diferença* e é através dessa evidência que nos cabe, ou nos cumpre, descobrir a comunidade e a confraternidade.” (LOURENÇO, 2001, p. 111, grifos do autor)

Considera-se que a lusofonia contemporânea instaura, em diálogo com uma certa história colonial portuguesa e ibérica, chaves específicas de leitura e interpretação da experiência colonial com ressonâncias ainda vivas. Ademais, a lusofonia, tomada como signo político, define o que conta como Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Timor Leste, entre outros, em que a configuração geográfica é construída politicamente. (SEVERO, 2016, p. 1323)

Nessa perspectiva, a lusofonia e a globalização estão imbricadas na medida em que a língua portuguesa é um signo político construído no contexto da colonialidade e

¹⁶Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/noticias/2014/05/21/ripes-e-unilab-recebem-reitores-de-universidades-africanas-e-disponibiliza-relatorio-da-i-oficina-de-mobilizacao-e-planejamento-realizada-em-abril/> Acesso em: 02 fevereiro 2016.

modernidade. As relações diplomáticas representadas na UNILAB, na cooperação solidária com países membros da CPLP e sua fundação no contexto político do governo Lula, podem apontar para “[...] reforçar a posição internacional da formação de nível superior em língua portuguesa e promover a mobilidade no espaço da CPLP [...]” (DECLARAÇÃO DE FORTALEZA, p. 01)¹⁷

No contexto do processo econômico de internacionalização, as línguas desempenham papel central na competição entre as grandes línguas. Desta forma, a constituição crescente de diásporas internas à CPLP com

[...] o incremento constante do número de brasileiros em Portugal e em Angola, de portugueses no Brasil, Angola e Moçambique, de caboverdianos em Portugal e no Brasil, e assim por diante, merecendo menção ainda a crescente importância da transumância universitária, que vai aproximando elites responsáveis, no futuro, pela constituição de importantes elos técnicos e econômicos. O atual momento histórico é um momento de intensos movimentos humanos, busca de contatos e parcerias, o que contribui fortemente para a valoração positiva das estratégias de aumento da veicularidade de uma língua. (OLIVEIRA, 2013, p. 13)

Deste modo, as exigências da economia mundial e a urgência de integração ao sistema econômico conduziram os países em desenvolvimento às reformas na educação com vistas à competitividade entre as nações. Para tanto, a internacionalização serve como mecanismo para o intercâmbio de bens, serviços e informações entre os países. Neste contexto, o Brasil se insere na mobilidade estudantil com número crescente de estudantes brasileiros em países estrangeiros e que “nos últimos anos, vem procurando se firmar no sentido de viabilizar a ampliação do processo de mobilidade estudantil externa.” (CASTRO; NETO, 2012, p. 91)

5 COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E PORTUGAL NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A palavra *cooperação*, presente na Cláusula Primeira descrita no Acordo entre a UC e a UNILAB e em seu Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação, é analisada em seu contexto histórico, destacando a origem do processo de internacionalização da educação superior, pois “o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis.” (BAKHTIN, 1992, p. 106)

Estudos de Veiga (2011, p. 10-11) traçam um percurso histórico da internacionalização da educação superior na Europa, da sua origem na Idade Média até o

17

Disponível

em:

http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1422/Educacao05_declara%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1 Acesso em: 13 nov 2016.

período Renascentista, com a promoção da mobilidade de estudantes, que voltavam ao país de origem trazendo conhecimento acadêmico e novas experiências. Pertencentes à elite, esses acadêmicos assumiam cargos elevados, facilitando a propagação dos conhecimentos adquiridos na universidade.

Do século XVIII à 2ª Guerra Mundial, a exportação dos sistemas de educação superior ia das potências coloniais para as colônias e, mais tarde, para os novos Estados independentes. Depois da independência, a atuação das potências continuou a prevalecer com influência na educação desses países.

A Europa estava muito focada na sua recuperação da guerra e não conseguiu investir no intercâmbio e na cooperação do ensino internacional. O mundo ocidental não era uma prioridade para a cooperação acadêmica. Os países pertencentes à mesma esfera de influência e ao terceiro mundo eram os alvos mais importantes. Pode-se dizer que, nesta altura, a internacionalização do ensino superior era praticamente inexistente. A maior parte dos governos nacionais fizeram acordos culturais e acadêmicos com outras nações, sob os quais o intercâmbio de pessoal docente e de alunos era possível devido a bolsas nacionais, destinadas maioritariamente para a cooperação na investigação, estudos de língua e estágios pós-graduados. Os números eram pequenos e os objectivos eram mais relacionados com a diplomacia do que com a cooperação académica e cultural. (VEIGA, 2011, p. 10)

A educação nos Estados Unidos (EUA), tida como modelo dominante de desenvolvimento internacional na educação superior, teve influências europeias com a migração temporária de estudantes para as universidades da Europa nas quais eram baseadas as universidades de origem. Nesse período, a área de investigação e publicações acompanhava o interesse nacional com o intercâmbio internacional de ideias e informações por meio de seminários e conferências, abrindo caminho para a internacionalização das instituições. Além disso, a mobilidade de discentes e docentes tornou as universidades centros de aprendizagem internacional.

Da 2ª Guerra Mundial aos dias de hoje, houve uma expansão do intercâmbio do ensino internacional por meio dos EUA e da União Soviética (URSS), as duas novas potências emergentes da guerra. Estes dois países tinham interesse em promover a cooperação e o intercâmbio do ensino internacional para expandir sua esfera de influência.

A década de 1960 assistiu ao acesso das massas na educação superior e sua expansão, as universidades como fornecedoras de recursos humanos, além de sua tradição como centro do conhecimento. Nesse sentido, a internacionalização se dá por meio da mobilidade unilateral dos estudantes do sul para o norte, com o terceiro mundo sendo um foco para a cooperação acadêmica internacional.

Nesse mesmo período, o mundo assiste a uma mudança devido ao fortalecimento da Comunidade Europeia e à ascensão do Japão como potência mundial. Com isso, esses

países investem no desenvolvimento da investigação e do ensino para competir com os EUA. No entanto,

O colapso do comunismo no final da década de 80, início de 90 modificou a situação. A super potência política e militar URSS caiu num período em que os EUA estavam a ser ameaçados pelo Japão e pela comunidade europeia. O ambiente global passou de hegemonizado pelas super potências (EUA e URSS) para uma maior repartição de poder entre múltiplas potências. Nessa altura, segundo Teichler (2009), houve uma propagação da avaliação e medição de desempenho no ensino superior europeu, em que era considerada a dimensão das actividades internacionais das instituições. (VEIGA, 2011, p. 11)

Segundo Rudzki (1995), existem quatro dimensões do processo de internacionalização: mudança organizacional, inovação de currículo, desenvolvimento de pessoal e mobilidade de alunos (apud VEIGA, 2011, p. 12). Nesse sentido, a adaptação das instituições às mudanças do mundo está ligada à mudança organizacional. Já a inovação do currículo busca a criação de novos cursos e a (trans)portabilidade de qualificações por meio da acumulação e transferência de créditos. O desenvolvimento de pessoal conta com actividades de formação docente e não docente. A mobilidade de alunos não fica restrita somente à física para a minoria dos estudantes, mas à mobilidade intelectual da maioria no que diz respeito à inovação do currículo e desenvolvimento de pessoal.

De acordo com Qiang (2003), conforme citado por Veiga (2011, p. 15), as razões para a internacionalização da educação superior são: competitividade econômica, segurança nacional, promoção da paz e das boas relações entre nações, auto-desenvolvimento no mundo em mudança e redução financeira devido ao aumento do empreendedorismo acadêmico.

Para IAU (2003, apud VEIGA, 2011, p. 15), existem 12 motivos para a internacionalização da educação superior: mobilidade e intercâmbio de alunos e professores, colaboração no ensino e investigação, *standards* acadêmicos e qualidade, projetos de investigação, cooperação e desenvolvimento de assistência, desenvolvimento do currículo, entendimento internacional e intercultural, promoção e perfil da instituição, diversificação da origem do corpo docente e alunos, questões regionais de integração, recrutamento de alunos internacionais e diversificação das fontes de geração de rendimento. No entanto, são apontados como riscos ao processo de internacionalização do ensino superior: perda de pessoal com competência (*brain drain* – “fuga de cérebros”), comercialização/mercantilização da educação, perda da identidade cultural, ameaça à qualidade da educação e uso do idioma inglês em programas acadêmicos. (IAU, 2003, apud VEIGA, 2011, p. 21-22)

No final do século XX, a reestruturação produtiva, os avanços no processo de globalização e as ideias neoliberais contribuíram com a reprodução do capital, a redução da ação dos Estados nacionais e o engajamento de economias em desenvolvimento no contexto mundial. Nessa perspectiva, alguns países da América Latina, especialmente o Brasil, apresentaram desempenho considerável no contexto da economia mundial, conforme Castro e Neto (2012, p. 88-89):

Referindo-se ao Brasil, Pochmann (2004) reconhece que o país vivenciou momentos diferenciados na busca de se consolidar como uma nação industrializada. Entre as décadas de 1930 e 1980, houve maior impulso na industrialização nacional, o que configurou, no país, um período de “ouro”, caracterizado por elevadas taxas de expansão da produção. Mas, a partir de 1980, a economia brasileira registrou uma profunda inflexão, com a predominância de um ciclo de baixo dinamismo, perdendo a importância no cenário da economia mundial, passando de oitava para a décima terceira economia do mundo. A partir da década de 1990 com a implantação de um novo modelo econômico, o país apresenta sinais de recuperação de alguns indicadores econômicos e sociais, mas continua ainda se inserindo, de forma periférica, na economia mundial.

Desse modo, as exigências da economia mundial e a urgência de integração ao sistema econômico conduziram os países em desenvolvimento às reformas na educação com vistas à competitividade entre as nações. Para tanto, a internacionalização serve como mecanismo para o intercâmbio de bens, serviços e informações entre os países. Nesse contexto, o Brasil se insere na mobilidade estudantil com número crescente de estudantes brasileiros em países estrangeiros e que “nos últimos anos, vem procurando se firmar no sentido de viabilizar a ampliação do processo de mobilidade estudantil externa.” (CASTRO; NETO, 2012, p. 91) E, completando:

Outra iniciativa nesse campo da internacionalização, no país, é a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), que tem, entre os seus objetivos, formar pessoas para contribuir com a integração do Brasil com países da África em especial com os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Essa integração se realiza pela composição do corpo docente e discente, proveniente não só das várias regiões do Brasil, mas também de outros países e do estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP. (op cit, p. 92)

Nessa perspectiva, o intercâmbio de estudantes ampliará a participação do Brasil no processo de internacionalização “não só enviando alunos ao exterior, mas no sentido inverso, recebendo alunos e se projetando assim no espaço social e cultural da América Latina e no Continente Africano.” (op cit, p. 92).

Diante do exposto, nosso documento de análise é o acordo assinado pelo professor Doutor Paulo Speller, reitor da UNILAB, e pelo professor Doutor Fernando Seabra Santos, reitor da UC, em 01 de julho de 2010, em Brasília, enviado pela UNILAB para a UC em 16 de julho de 2010 com vigência de cinco anos a partir da data de assinatura (validade até

16 de julho de 2015): “O presente Acordo tem como objectivo fundamental estabelecer uma **cooperação** académica, científica e cultural entre as duas Universidades.” (Acordo Geral de Cooperação entre a Universidade Federal da Integração Internacional Luso-Afro-Brasileira – UNILAB (Brasil) e a Universidade de Coimbra (Portugal), p. 02, grifo nosso)

Além desse, verificamos no referido documento a existência de um Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação entre a Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira – UNILAB (Brasil) e a Universidade de Coimbra (Portugal), vigorando por três anos e podendo ser prorrogado por igual período, assinado pelo reitor da UNILAB e pelo reitor da UC:

Estabelecer entre a UC e a UNILAB os princípios básicos do desenvolvimento de programas comuns de formação de professores brasileiros; os Programas de Licenciaturas Internacionais reforçarão os laços de **cooperação** entre as duas universidades, nomeadamente promovendo uma sólida formação científica em áreas específicas, com obtenção do grau de Licenciatura na UC e posterior desenvolvimento de estudos de formação de professores, com obtenção do grau na Universidade Federal da Integração Internacional Luso-Afro-Brasileira. (Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação entre a UNILAB e a UC, de 01 de julho de 2010, Cláusula Primeira – Objecto, p. 06) (grifo nosso)

Em 2012, foi firmada uma parceria acadêmica para a promoção de intercâmbio entre estudantes e professores dessas instituições¹⁸ e aprovado o Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI) criado pela Capes, com a contribuição do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB)¹⁹ e do Projeto GAIA²⁰.

O GCUB busca a integração e internacionalização da educação superior por meio da mobilidade docente e discente e é responsável por programas para a internacionalização das universidades brasileiras com países como México, França, Portugal, Suíça, Canadá, Colômbia, Peru, entre outros. Além disso, possui 72 instituições associadas no Brasil, sendo 51 Universidades Federais, 15 Universidades Estaduais e 6 Universidades Comunitárias ou Confessionais das cinco regiões do país, com 24 universidades no Sudeste, 18 no Sul, 16 no Nordeste, 8 no Norte e 6 no Centro-Oeste²¹.

Nesse sentido, o GCUB contribuiu com a construção do Projeto GAIA, que oferece o curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática (CNM) em Nível Internacional em Cooperação Solidária entre a UNILAB e a UC, com aprovação do PLI da Capes, e apoio do GCUB.

¹⁸ Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/noticias/2012/06/19/alunos-da-unilab-terao-a-oportunidade-de-estudar-em-portugal/> Acesso em: 02 fevereiro 2016.

¹⁹ Disponível em: http://www.grupocoimbra.org.br/Sobre_o_Grupo.aspx Acesso em: 02 fevereiro 2016.

²⁰ Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/pli-gaia/> Acesso em: 02 fevereiro 2016.

²¹ Disponível em: <http://www.grupocoimbra.org.br/VisaoGeralAssociadas.aspx> Acesso em: 02 fevereiro 2016.

O PLI é um programa “sanduíche” em nível de graduação com início e conclusão do curso no Brasil e etapa intermediária de formação a ser realizada em universidades portuguesas parceiras. Assim, os estudantes brasileiros permanecem até 24 meses em uma das universidades de Portugal: Universidade Nova de Lisboa, Universidade da Beira Interior, Universidade do Algarve, Universidade de Aveiro, Universidade de Coimbra, Universidade de Évora, Universidade de Lisboa, Universidade do Minho, Universidade do Porto, Universidade Técnica de Lisboa e Universidade Trás-os-Montes.

O objetivo é elevar a qualidade da graduação, com foco nos cursos de licenciatura (formação de professores), ações voltadas à implementação de novas diretrizes curriculares e ênfase no ensino fundamental e médio. Conforme o acordo, “o Programa de Licenciaturas Internacionais referido na Cláusula Primeira abrangerá as áreas de **Química, Física, Matemática, Biologia, Português, Artes e Educação Física.**” (Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação entre a UNILAB e a UC, de 24 de abril de 2012, p. 10, Cláusula Segunda – Das áreas de formação) (grifos do autor)

Como já exposto, a palavra será analisada a partir de suas quatro propriedades. A primeira delas é a *pureza semiótica*, destacando que a palavra *cooperação* possui traços mais ou menos estáveis de significado, não ficando restrita ao gênero discursivo *acordo* e podendo circular nas várias esferas da sociedade. Desse modo, a circulação da palavra *cooperação*, no acordo entre a UC e a UNILAB, constrói sentidos para o processo de internacionalização, pois “os Programas de Licenciaturas Internacionais reforçarão os laços de **cooperação** entre as duas universidades” (Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação entre a UNILAB e a UC, de 01 de julho de 2010, Cláusula Primeira – Objecto, p. 06) (grifo nosso). A palavra “laços” vem corroborar o sentido de união entre as duas universidades por meio da *cooperação*, reforçando o processo de internacionalização do ensino superior.

A segunda propriedade é a *possibilidade de interiorização* resultante do confronto entre o signo circulante em nossa consciência e as variações de sentido a partir dos valores entoados externamente pelo locutor. Nessa perspectiva, nos detendo ao sentido estável da palavra *cooperação*, no dicionário encontramos “colaboração”, “solidariedade”, além dos significados que circulam em nossa consciência entrando em embate com *cooperação* externamente circulante na esfera do acordo entre a UC e a UNILAB.

Dessa forma, a partir do enunciado “[...] **cooperação** acadêmica, científica e cultural entre as duas Universidades” (Acordo da Universidade de Coimbra, de 01 de julho de 2010, Cláusula Primeira – Objecto, p. 02) (grifo nosso), podemos depreender um outro significado para a palavra *cooperação*, se pensado o sujeito pós-moderno como um estudante dessas universidades localizado academicamente, cientificamente e culturalmente na UC e na

UNILAB no contexto do neoliberalismo. Nesse sentido, [...] “à medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural.” (HALL, 2006, p. 74). E ainda,

No interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a identidade, ficam reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Este fenômeno é conhecido como “homogeneização cultural.” (op. cit, p.75)

Uma nova perspectiva sobre o signo instaurado na consciência resulta do confronto entre os significados conhecidos pela consciência e o sentido construído externamente a partir do objetivo comunicativo do locutor. Trata-se da terceira propriedade da palavra: a *possibilidade de circulação externa e interna do signo*. Torna-se, então, importante destacar a não identidade perfeita entre os dois momentos de circulação:

O signo interno, que circula na consciência como resultado da integração entre a experiência socioideológica do sujeito sobre esse signo e o mundo exterior, não é idêntico ao signo original. E o signo externo, circulante nas várias esferas ideológicas e, portanto, inoculado pelos aspectos genéricos e carregado de entoações, também não é idêntico àquilo que passa a circular internamente na consciência do sujeito. (BRAIT, 2005, p. 187-188)

Nesse sentido, o signo *cooperação*, no contexto da internacionalização do ensino superior, não é igual ao que circula interna e externamente na consciência do sujeito localizado no tempo e espaço de uma universidade que integra estudantes vindos de países membros da CPLP. Dessa forma, podemos construir um outro sentido para a palavra *cooperação*, por meio do acordo entre a UNILAB e a UC, no contexto de internacionalização da educação superior.

Assim, temos a *neutralidade*, quarta propriedade da palavra, oferecendo um ponto de mediação e embates de significados e pontos de vista entre essas instituições na elaboração e assinatura do acordo. Dessa forma, temos, de um lado, a UC propondo “laços de **cooperação** entre as duas universidades” (Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação entre a UNILAB e a UC, de 01 de julho de 2010, Cláusula Primeira – Objecto, p. 06) (grifo nosso) por meio da “[...] **cooperação** acadêmica, científica e cultural entre as duas Universidades” (Acordo da Universidade de Coimbra, de 01 de julho de 2010, Cláusula Primeira – Objecto, p. 02) (grifo nosso) no contexto da internacionalização da educação superior; de outro, temos a UNILAB localizada na primeira cidade brasileira a aderir à abolição da escravatura, Redenção, no estado do Ceará, abastecendo perspectivas de desenvolvimento e crescimento com a criação de uma universidade que vai contar nos seus corpos docente e discente, além de brasileiros, com estrangeiros vindos dos países

membros da CPLP. Nessa perspectiva, a palavra *cooperação* evolui e incorpora novas significações ideológicas, ou seja, os valores sociais entoados pelo uso no acordo entre a UC e a UNILAB.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lusofonia, como projeto político unificador, e suas implicações sociais, culturais, históricas e linguísticas sobre os países colonizados se apresenta como recurso político na classificação dos sujeitos. Dessa forma, a instauração do poder por meio da palavra, redimensiona a necessidade de voltar o olhar ao lugar ocupado pelo *povo* ao longo da história: espaço de *luta* como *direito* com base no pensamento de que “uma educação de uma *sociedade libertada* se pensa, toda ela, como uma *educação popular*.” (BRANDÃO, 1986, p. 75)

Nessa perspectiva, um povo organizado politicamente torna-se uma ameaça para a manutenção do poder, pois “a sociedade auto-organizada é vista como perigosa para o Estado e para o funcionamento ‘racional’ do mercado” (CHAUÍ, 2001, p. 15). Para que isso não ocorra, a educação colonizadora se encarrega da docilização do sujeito no apagamento de sua história e identidade num processo que culmina com a sua invisibilidade.

A partir das reflexões propostas ao longo deste texto, para Bakhtin, as relações sociais (re)constróem a linguagem e, para Paulo Freire, promovem o diálogo com vistas à educação como prática da liberdade. Nesses termos, “com a palavra o homem se faz homem. Ao dizer sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana” (FREIRE, 1987, p. 07) e mantém a luta imprescindível às re(construções) do signo, da ideologia, da língua e da mudança social por meio do diálogo onde os homens se fazem homens reconhecendo na palavra as possibilidades de existir no mundo e pronunciá-lo.

A verdadeira revolução, cedo ou tarde, tem de inaugurar o diálogo corajoso com as massas. Sua legitimidade está no diálogo com elas, não no engodo, na mentira. Não pode temer as massas, a sua expressividade, a sua participação efetiva no poder. Não pode negá-las. Não pode deixar de prestar-lhes conta. De falar de seus acertos, de seus erros, de seus equívocos, de suas dificuldades. A nossa convicção é a de que, quanto mais cedo comece o diálogo, mais revolução será. (FREIRE, 1987, p. 72)

No que diz respeito à universidade corporativa europeia e à universidade tecnicista norte-americana, Florestan Fernandes (1975, p. 70) traça um perfil crítico sobre a universidade convocando para a luta onde “precisamos ter a coragem de romper completamente com a ordem educacional vigente” no que diz respeito à revitalização das

soluções do passado, pois desde a formação do ensino superior no Brasil, depois da colonização portuguesa, o que temos são influências europeias que fragmentaram o modelo de universidade no Brasil.

Observamos que a palavra *cooperação* representa um signo político localizado nos acordos entre a UNILAB e a UC contribuindo com o fortalecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e Portugal. Dessa forma, é possível afirmar que a proposta de cooperação é uma estratégia discursiva na manutenção da ideologia dominante com práticas linguísticas que colaboram com a (re)construção do simbólico.

Como alternativa ao modelo dominante e hegemônico de universidade, é importante destacar a educação popular com a proposta de reverter o sentido da palavra e seu poder por meio do diálogo. Para tanto, é necessário articular os conhecimentos científicos e universitários com os saberes populares na construção de um conhecimento contra-hegemônico que possa intervir na realidade buscando a superação dos conhecimentos considerados *superiores*.

REFERÊNCIAS

ACORDO Geral de Cooperação entre a Universidade Federal da Integração Internacional Luso-Afro-Brasileira – UNILAB (Brasil) e a Universidade de Coimbra (Portugal), de 01 de julho de 2010.

ALTHUSSER, Louis. **Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas**. Lisboa: Editorial Presença, 1979.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, 4 ed.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992, 6 ed.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BAPTISTA, Maria Manuel. A Lusofonia não é um jardim ou Da necessidade de perder o medo às realidades e aos mosquitos. In LEMOS MARTINS, Moisés de *et al.* (eds.), **Comunicação e Lusofonia – Para uma Abordagem Crítica da Cultura e dos Media**. Porto: Campo das Letras, p. 23-44, 2006.

BRAIT, Beth. **Bakhtin: conceitos-chave**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Decreto Presidencial n. 6.096, de 24 de abril de 2007 que Institui as Diretrizes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão Federais das Universidades Federais – REUNI**.

_____. **Diário Oficial da União (DOU) de 22/07/2010**, Pg. 11. Seção 2. Dispõem sobre a nomeação de Paulo Speller para exercer o cargo de Reitor pro tempore, código CD-1, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/6886845/dou-secao-2-22-07-2010-pg-11>>. Acesso em 28 fevereiro 2016.

_____. **Lei 12.289, de 21 jul. 2010**. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. 2010b. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm Acesso em: 02 fevereiro 2016.

_____. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**, 2014.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Educação como Ponte Estratégica Brasil – África**. Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Brasília, DF, 2013.

_____. **Projeto de Lei 3891/08, de 20 de agosto de 2008**. Dispõem sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Disponível em: < www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:camara.deputados:projeto.lei;pl:2008-08-20;3891>PL 3891/2008

_____. **Uma nova política para a Educação Superior**, 1985. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002284.pdf>. Acesso em: 05 janeiro 2017.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda; NENO, José Augusto de Pinho. Educação para a cidadania e globalização: a língua e a identidade lusófona. **Revista *Lumen et Virtus***, v. VI, n. 13, setembro/2015, p.42-63.

CASTRO, Alda Araújo; NETO, Antonio Cabral. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 21, 2012. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/3082/2322> Acesso em: 28 fevereiro 2016.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CUNHA, Luiz Antonio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, 3 ed.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro. DP&A, 2006.

LOURENÇO, Eduardo. **A nau de Ícaro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Del Signo, 2010, 126 p.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 52, n. 2, Campinas July/Dec. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-18132013000200010> Acesso em: 13 nov 2016

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, Fabrício Américo. **UNILAB: políticas educacionais e as transformações do espaço urbano em Redenção-Ceará-Brasil**. 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

SANTOS, Boaventura de Sousa; FILHO, Naomar de Almeida. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra, 2008.

SEVERO, Cristine Gorski. Lusofonia, colonialismo e globalização. **Revista Fórum Linguístico**, v. 13, n. 6, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2016v13n3p1321/32715> Acesso em: 17 nov 2016.

UNILAB. **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira:** Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul / Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira; organizado por Camila Gomes Diógenes e José Reginaldo Aguiar. – Redenção: UNILAB, 2013.

VEIGA, Rita Baeta da. **Internacionalização das Instituições de Ensino Superior em Portugal:** proposta de metodologia para construção de indicador do grau de internacionalização. Leiria: Escola Superior de Tecnologia e Gestão, 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em Negócios Internacionais) – Instituto Politécnico de Leiria. Disponível em: <https://www.iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/544/1/MNI%20Rita%20Veiga.pdf> Acesso em: 22 julho 2016.